

CONTRATO DE FORNECIMENTO

Contrato Administrativo nº 240/2019

Processo Administrativo nº 6480/2019

Contratante – Município de Salto

Contratada – L.P. Santos Atacadista

Objeto – Aquisição de nutrição, suplemento, módulo e fórmula infantil, destinados a atender pacientes cadastrados nos programas de Saúde Acalento, Serviço Social (SS), ambulatório de moléstias infecciosas (AMI) e Melhor em Casa (MEC).

Referente – Pregão Presencial nº 61/2019

Valor Total – R\$108.595,20 (cento e oito mil, quinhentos e noventa e cinco reais e vinte centavos).

Vigência – 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato.

O **Município de Salto**, Estado de São Paulo, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, sediada a Rua Nove de Julho nº 1.053, Vila Nova, na cidade de Salto/SP, CEP: 13.322-900, inscrita no CNPJ nº 46.634.507/0001-06, neste ato representada pelo **Secretário de Saúde, Sr. Fernando Amâncio de Camargo**, brasileiro, casado, portador do RG nº 19.345.788-X e do CPF nº 133.190.568-08, ora designada simplesmente como *Contratante* e de outro lado à **L.P. Santos Atacadista**, sediada a Rua Joaquim Guilherme da Costa nº 370, Sala 12, Parque Ortolândia, CEP: 13184-070, Telefone (19) 3504-4482, na cidade de Hortolândia/SP, inscrita no CNPJ (MF) nº 24.926.663/0001-08 e Inscrição Estadual nº 748.209.360.111, neste ato representada pela **Sra. Larissa Pereira Santos**, proprietária, portadora do RG nº 11.127.138-0 e do CPF nº 455.664.328-75, doravante designada simplesmente *Contratada*, têm entre si justo e acordado o presente contrato, conforme as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

OBJETO

1.1. Constitui o presente contrato a realização da aquisição de nutrição, suplemento, módulo e fórmula infantil, destinados a atender pacientes cadastrados nos programas de Saúde Acalento, Serviço Social (SS), ambulatório de moléstias infecciosas (AMI) e Melhor em Casa (MEC), conforme descritivo do Anexo I, a cargo da Secretaria de Saúde.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE. MENSAL	QTDE. ANUAL	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	COTA RESERVADA PARA ME/EPP Fórmula infantil com composição específica para condições de refluxo gastroesofágico, que atenda às recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS. Indicado para lactentes de 0 - 12 meses de vida. Acondicionada em lata hermeticamente fechada, de acordo com NTA83 (Decreto 12.486 de 20/10/78). Apresentação: Lata com no mínimo 400g.	GR	9.600	115.200	Aptamil Ar 400g/Danone	R\$0,0538	R\$6.197,76

1

12	COTA RESERVADA PARA ME/EPP	GR	107.200	1.286.400	Nutri Enteral Soya Fieber 800g/Danone	R\$0,0796	R\$102.397,44
	Nutrição enteral polimérica, nutricionalmente completa, hipossódica, normocalórica na diluição padrão, com fibras solúveis 60% e insolúveis 40%. Proteína a partir de 14% do VCT, de fonte animal e vegetal. Maltodextrina 100%. Isenta de sacarose, lactose e glúten. Osmolalidade entre 280 e 350mOsm/kg de água. Fácil homogeneização, dispensar o uso de liquidificador ou mixer. Apresentação: lata com 800g.						
VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$108.595,20							

Parágrafo Único:

A gestão do contrato será realizada pela funcionária **Tatiane Cristina Semmler**, farmacêutica, portadora do RG nº 22.574.335-8 e CPF nº 218.708.838-37, da Secretaria de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA
DOS PEDIDOS, DAS ENTREGAS, DAS ESPECIFICAÇÕES E DAS CONDIÇÕES**

- 2.1. Os pedidos dos produtos ficarão a critério exclusivo da contratante e a quantidade e periodicidade serão de acordo com a sua necessidade. Serão realizados pelos funcionários do Almoarifado de Farmácia, através do e-mail: farmacia.almoarifado@salto.sp.gov.br;
- 2.2. Não serão admitidas entregas condicionadas a faturamento mínimo;
- 2.3. Deverá constar na embalagem do produto: "Venda Proibida ao Comércio", conforme Portaria 2.814/98 de 29 de maio de 1998;
- 2.4. O prazo de validade dos produtos não deve ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega dos produtos, exceto em 03 (três) situações: 1) aqueles produtos que o prazo de validade já é de 12 meses a partir da fabricação, considerando o tempo para a distribuição; 2) os produtos compostos de Arginina e 3) os produtos importados que dependam da liberação da ANVISA na Alfândega, para tanto a contratada deverá se responsabilizar emitindo carta de troca;
- 2.5. O local das entregas será no Almoarifado da Farmácia, sito a Rua General Glicério, 900, Vila Henrique – CEP: 13321-270 – SALTO/SP, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos após o pedido da Secretaria da Saúde;
- 2.6. Podendo o local da entrega ser alterado mediante prévio aviso ao Contratante, sempre dentro dos limites do município de Salto/SP. A entrega será de segunda a sexta-feira no horário das 7:00 às 17:00h, devendo a Contratada atentar aos dias de funcionamento conforme Calendário Oficial, disponibilizado no site do município de Salto – www.salto.sp.gov.br;
- 2.7. Os produtos devem ser entregues acompanhados da nota fiscal em 01 (uma) via, com especificação da quantidade por unidade, citando os itens, prazo de validade e fabricante;

2
S

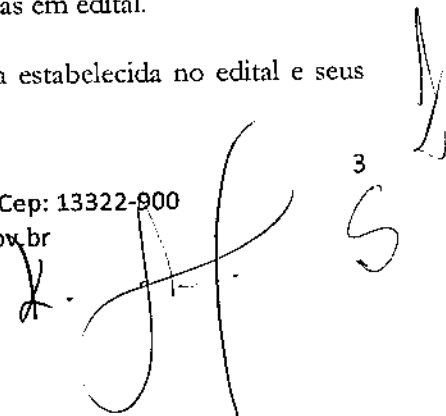
- 2.8. A contratante rejeitará, no todo ou em parte o produto que estiver em desacordo com o Edital;
- 2.9. Os produtos deverão ser entregues no setor de Almoarifado de Farmácia, e a contratada é responsável pelo transporte, carga e descarga, e os produtos embalados sem avarias;
- 2.10. O produto, mesmo entregue e aceito, fica sujeito à substituição desde que comprovada a pré-existência de defeitos, má fé do fornecedor ou condições inadequadas de transporte, bem como alterações da estabilidade dentro do prazo de validade que comprometam a integridade do produto;
- 2.11. Serão recebidos provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as especificações do edital. Em se constatando irregularidades o contratante poderá rejeitá-lo no todo ou em parte, exigindo a substituição no prazo de 48 (vinte e quatro) horas dos itens inconformes, contados da notificação por escrito ou por mensagem eletrônica encaminhada pelo responsável do Almoarifado de Farmácia;
- 2.12. Os produtos deverão ser entregues na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigidas em rótulo, e com o número de registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde;
- 2.13. Todos os produtos devem ter constado nos rótulos e bulas (se houver), todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote, data da fabricação, data da validade, nome do responsável técnico, número do registro, de acordo com a Legislação Sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor;
- 2.14. O não recolhimento dos produtos inconformes que implique na incineração dos mesmos pelo Contratante, sujeitará o Contratado à restituição dos valores gastos pelo Contratante no serviço de transporte e incineração;

CLÁUSULA Q TERCEIRA DA VIGÊNCIA

- 3.1. A vigência da contratação será de até 12(doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato.

CLÁUSULA QUARTA DO PAGAMENTO

- 4.1. Após cada entrega, com a conferência dos produtos recebidos no Almoarifado da Farmácia e do atestamento da nota fiscal pela Secretaria Municipal de Saúde, a nota fiscal será encaminhada para pagamento dos valores referentes a aquisição dos produtos e serão pagos no prazo máximo de até 30(trinta) dias, ou conforme padrão da Secretaria de Finanças do Município de Salto.
- 4.2. Os recursos para pagamento dessa aquisição correrão por conta de recursos municipais, estaduais e federais de acordo com cronograma de desembolso físico-financeiro em anexo.
- 4.3. A contratante deverá efetuar o pagamento referente aos produtos solicitados e entregues no almoarifado e aceitos desde que fornecidos nas condições estabelecidas em edital.
- 4.4. A contratante deverá fiscalizar a entrega dos produtos na forma estabelecida no edital e seus anexos.



3
S

4.5. Na ocorrência de rejeição da(s) nota(s) fiscal(is) motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no item anterior, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

4.6. A Contratada quando do faturamento deverá inserir na Nota Fiscal – Pregão Presencial nº 61/2019 e contrato Administrativo nº 240/2019.

4.7. Quando da emissão da Nota Fiscal ou Fatura, a contratada deverá destacar as retenções dos impostos e contribuições sociais devidas, sobre a prestação dos serviços, ou fazer menção à base legal, quando isenta ou dispensada.

4.8. Nenhum pagamento antecipado será efetuado à contratada, ou enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUINTA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As verbas para pagamento do objeto do presente contrato, está de acordo com as dotações orçamentárias vigentes de nºs

	Dotações	Fichas
Secretaria de Saúde	02.08.02.339030.10.301.0005.2.633.01.310000	168
	Recursos Próprios - Tesouro	
	02.08.03.339030.10.302.0005.2.632.05.302006	194
	Recursos Federais	
	02.08.05.339030.10.305.0005.2.631.05.303002	225
	Recursos Federais	
	02.08.05.339030.10.305.0005.2.631.05.303003	226
	Recursos Federais	

CLÁUSULA SEXTA DAS PENALIDADES

6.1. A contratada que descumprir em quaisquer das cláusulas ou condições do presente edital ficará sujeita às penalidades previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, bem como aos arts. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2. De conformidade com o art. 86 da Lei 8666/93 e art. 7º da Lei 10.520/02, à contratada garantida a prévia defesa, ficará sujeita à multa de 1% (um por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o máximo de 20 (vinte) dias, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei 8666/93.

6.3. Nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 7º da Lei 10.520/02, pela inexecução total ou parcial deste contrato, a contratada, garantida a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, pela inexecução total ou parcial do serviço contratado
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 05(cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a

própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

6.4. As penalidades previstas serão independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

6.5. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da primeira parcela de preço a que a contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratório de 1% (um por cento) ao mês, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

6.6. Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita à contratada, e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado no cadastro correspondente.

CLÁUSULA SÉTIMA DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. Os produtos entregues deverão estar em concordância com a legislação vigente (NTA 83 e NBCAL).

7.2. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão Presencial nº 61/2019.

7.3. A Contratada deverá manter durante o prazo de vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação que foram exigidas em licitação tanto da empresa como dos materiais

7.4. A Contratada obriga-se a reparar, corrigir, reconstruir ou substituir às suas expensas e imediatamente, o objeto do contrato, segundo as especificações determinadas, desde que se constatem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução dos materiais.

7.5. A Contratada será responsável por todo e qualquer dano a que der causa, a ela competindo, exclusivamente, indenizar os prejuízos causados à Contratante ou a outrem.

7.6. Constatada qualquer irregularidade na entrega dos produtos, a contratada obrigará-se a trocá-los imediatamente, sob pena de sujeitar-se a aplicação das multas ou rescisão do Contrato nos termos legais.

7.7. A contratada se compromete a fornecer os produtos com prioridade de atendimento tendo em vista o interesse público.

7.8. São vedadas as sub-contratações do contrato a terceiros no todo ou em parte, exceto com anuência expressa e por escrito do Município de Salto, e desde que a parte do objeto, e atendidas pelo sub-contratado todas as exigências de idoneidade sob todos os aspectos previstos no edital da Licitação.

7.9. A Contratada neste ato declara concordar com todos os termos do presente contrato, bem como as obrigações do regulamento administrativo previsto pela Contratante, além das penalidades

pertinentes às leis específicas à matéria Lei Federal nº 8.666/93 e Lei nº 8.883/94, Lei Orgânica do Município de Salto nº 1.382/90 (Emenda Substitutiva nº 01/2008), que fazem parte integrante do Pregão Presencial nº 61/2019.

7.10. A Contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista nos artigos 77 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93.

7.11. Constituem motivos para rescisão, os casos previstos no artigo 78 da Lei Federal nº 8666/93.

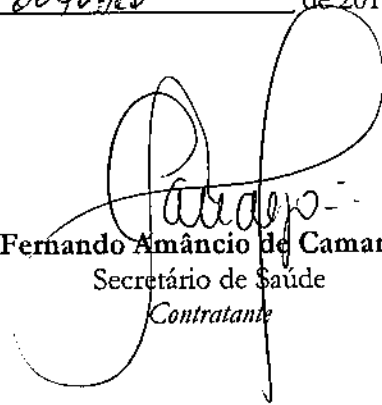
CLÁUSULA OITAVA

FORO

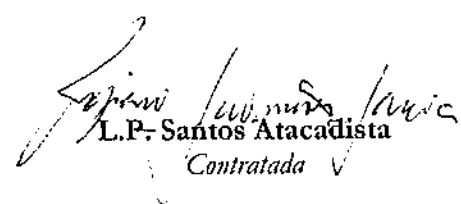
8.1. Fica eleita a comarca de Salto para dirimir eventuais dúvidas ou conflitos de interesses oriundos do presente contrato, se não sanadas pela via extrajudicial.

Assim, por estarem justas e acordadas, firmam o presente contrato, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, de acordo com a legislação vigente.

Salto/SP, 18 de outubro de 2019.



Fernando Amâncio de Camargo
Secretário de Saúde
Contratante

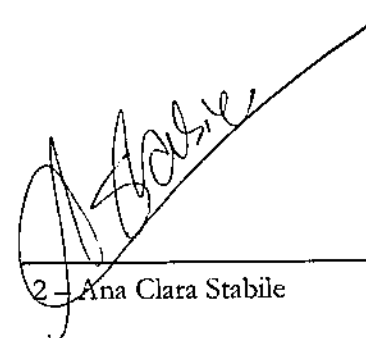


L.P. Santos Atacadista
Contratada

Testemunhas:



1- Karen Emanuela Torres Ravanelli



2- Ana Clara Stabile

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SALTO

CONTRATADO: L.P. SANTOS ATACADISTA

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): 240/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE NUTRIÇÃO, SUPLEMENTO, MÓDULO E FÓRMULA INFANTIL, DESTINADOS A ATENDER PACIENTES CADASTRADOS NOS PROGRAMAS DE SAÚDE ACALENTO, SERVIÇO SOCIAL (SS), AMBULATÓRIO DE MOLÉSTIAS INFECCIOSAS (AMI) E MELHOR EM CASA (MEC)

ADVOGADO (S) / Nº OAB: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Salto/SP, 18 de OUTUBRO de 2019.

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: José Geraldo Garcia

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 032.586.138-26 RG: 12.424.665-5

Data de Nascimento: 07/01/1962

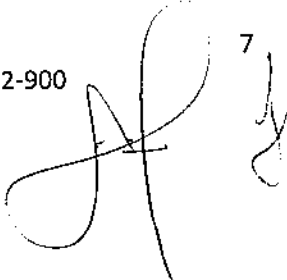
Endereço residencial completo: Alameda Lipisano, nº 515 - Haras Paineiras – CEP.: 13.324-312, na cidade de Salto/SP.

E-mail institucional: gabineteprefeito@salto.sp.gov.br

E-mail pessoal: josegeraldogarciasalto@gmail.com

Telefone (s): (11) 9-9293-7349

Assinatura: _____



7

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

PELO CONTRATANTE:

Nome: Fernando Amâncio de Camargo

Cargo: Secretário da Saúde

CPF: 133.190.568-08 RG: 19.345.788-X

Data de Nascimento: 27/09/1969

Endereço residencial completo: Rua São Mathheus nº 79 Apto 124 Jardim Nova Era, CEP 13327-360, na cidade de Salto/SP.

E-mail institucional: secretario.saude@salto.sp.gov.br

E-mail pessoal: facamargo@terra.com.br

Telefone (s): (11)98938-9632

Assinatura: _____

PELA CONTRATADA:

Nome: Larissa Pereira Santos

Cargo: Proprietária

CPF: 455.664.328-75 RG: 11.127.138-0

Data de Nascimento: 13/07/1996

Endereço residencial completo: Rua Hjalmar Holdfrich Gerhard Linquist nº887, Parque Ortolandia, na cidade de Hortolândia/SP.

E-mail institucional: direcao@mercadohospitalarbrasil.com.br

E-mail pessoal: licitacao@mercadohospitalarbrasil.com.br

Telefone (s): (19)3504-4482

Assinatura: _____

Advogado:

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.